

COFIDIS

Sociedade anónima com Conselho de Administração e
Conselho Fiscal com o capital social de 67.500.000 Euros
Sede social: Parc de la Haute Borne
61 avenue Halley 59866 Villeneuve d'Ascq Cedex
CRC RCS Lille Métropole 325.307.106

[Carimbo do Notário, Sylvain ROUSSEL
ROUBAIX]

**ATA DA REUNIÃO
DA ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA ANUAL
DE 29 DE MAIO DE 2019**

Do ano de dois mil e dezanove,
A vinte e nove de maio às dez horas,

Os acionistas da sociedade Cofidis S.A. reuniram-se em Assembleia-geral ordinária anual em Villeneuve d'Ascq (59866), Parc de la Haute Borne, 61 Avenue Halley, após convocatória enviada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2019.

A folha de presenças disponibilizada à entrada da reunião foi rubricada por cada membro da Assembleia, tanto em nome pessoal como na qualidade de mandatário.

O senhor Daniel BAAL preside à assembleia na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal.

A sociedade Cofidis Participations, representada pelo Senhor Gilles SAURET e a Senhora Annie GAIN, acionistas presentes e proponentes, representando a maioria dos votos, participam na qualidade de escrutinadores.

O Senhor François SARCHE é nomeado secretário da mesa.

Está presente o gabinete Mazars, revisor oficial de contas da sociedade devidamente convocado e representado pela Sra. Anne VEAUTE.

Está presente a sociedade PricewaterhouseCoopers Audit S.A., revisora oficial de contas da sociedade devidamente convocada e representada pelo Sr. Nicolas WILFART.

A Sra. Aicha KADI e o Sr. Stéphane ROUSSEZ, representantes do Conselho de empresa e devidamente convocados também se encontram presentes.

Foram convidados e assistem à reunião da Assembleia-geral ordinária anual:

- Os membros do Conselho Fiscal;
- os Supervisores;
- os membros do Comité Executivo.

A folha de presenças foi preenchida e autenticada pelos membros da mesa constituída, os quais verificaram que os acionistas presentes são titulares de 3 749 997 ações da totalidade das 3 750 000 ações que constituem o capital social e com direito de voto. Por conseguinte, a Assembleia está devidamente constituída e pode deliberar.

O Presidente da Mesa apresenta e coloca à disposição dos acionistas:

- Uma cópia da convocatória enviada a cada acionista,
- Uma cópia da convocatória enviada aos representantes do Conselho da empresa e entregue em mão própria,
- As cópias das convocatórias dirigidas aos revisores oficiais de contas com os avisos de receção,
- A folha de presenças da Assembleia Geral,
- O balanço da sociedade,
- Os resultados anuais e consolidados (balanço, demonstração de resultados e anexos),
- O relatório de gestão do Conselho de Administração, incluindo o relatório sobre a gestão do Grupo,
- O Relatório do Conselho Fiscal sobre a administração da empresa,
- O relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados do exercício, o relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados,
- O relatório especial dos revisores oficiais de contas sobre as convenções previstas no artigo L 225-86 do Código Comercial,
- O Relatório Complementar dos revisores oficiais de contas do Comité de Auditoria,
- O relatório dos revisores oficiais de contas sobre o aumento de capital reservado aos trabalhadores,
- Os estatutos da Sociedade,
- O teor das minutas de resolução proposto à Assembleia.

Em seguida, o Presidente da mesa declara que todos os documentos e informações a comunicar aos acionistas ao abrigo da lei em vigor, estiveram disponíveis para consulta na sede da Sociedade a partir da convocatória para a Assembleia.

A Assembleia confirma essa declaração.

Em seguida, o Presidente da Mesa relembra que a presente Assembleia deverá deliberar sobre a seguinte ordem de trabalhos:

Parte ordinária

- Relatório de gestão do Conselho de Administração, incluindo o relatório sobre a gestão do Grupo
- Relatório do Conselho Fiscal sobre a governança empresarial
- Relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados do exercício findo a 31 de dezembro de 2018
- Aprovação das contas da sociedade do exercício findo a 31 de dezembro de 2018 e voto de confiança aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.
- Aplicação do resultado do exercício.
- Relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados consolidados do exercício findo a 31 de dezembro de 2018
- Aprovação dos resultados consolidados do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018
- Relatório especial dos revisores oficiais de contas sobre as convenções previstas no artigo L225-86 e seguintes do Código Comercial e aprovação das referidas convenções
- Questões Diversas

Parte extraordinária

- Relatório dos revisores oficiais de contas sobre o aumento de capital com supressão do direito de preferência na subscrição das ações

- Aumento de capital reservado aos trabalhadores
- Poderes para cumprimento dos trâmites legais
- Questões Diversas

O Presidente da Mesa leu o relatório de gestão do Conselho de Administração, o relatório do Conselho Fiscal, o relatório do Presidente do Conselho Fiscal e os relatórios dos revisores oficiais de contas.

Também leu as minutas das resoluções apresentadas.

Finda essa leitura, o Presidente da Mesa abriu a discussão e como ninguém pediu a palavra, foram sucessivamente postas à votação as resoluções seguintes, inscritas na ordem de trabalhos:

PARTE ORDINÁRIA

PRIMEIRA RESOLUÇÃO

A Assembleia Geral Ordinária Anual de Acionistas, após leitura do relatório de gestão do Conselho de Direção, do relatório do Conselho Fiscal sobre a administração da empresa e dos relatórios dos revisores oficiais de contas, aprovou os resultados anuais do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018, os quais apresentam um lucro de 173 578 887,19 euros.

A Assembleia Geral de Acionistas também aprovou as operações incluídas nesses resultados ou resumidas nesses relatórios e deu voto de confiança sem reservas aos membros do Conselho Fiscal e aos membros do Conselho de Administração sobre a execução do seu mandato durante o exercício findo.

Por outro lado, a Assembleia Geral salienta que o relatório da supervisão interna consolidada está à disposição dos acionistas mediante simples pedido junto do responsável do controlo permanente e da conformidade.

A Assembleia Geral dos Acionistas também aprovou o valor das despesas não dedutíveis do imposto sobre as pessoas coletivas mencionadas no artigo 39-4 do Código Geral dos Impostos, as quais ascendem a 64 194 euros bem como o imposto correspondente no valor de 21 396 euros.

A Assembleia Geral dos Acionistas também aprovou a dotação global das remunerações de todo o tipo prevista no artigo L 511-73 do Código Monetário e Financeiro ao nível do Grupo Cofidis Participations, bem como a consulta da Assembleia Geral da Cofidis Participations sobre o valor dessa dotação aplicada durante o exercício anterior aos dirigentes responsáveis e às categorias de pessoal regulamentado mencionado no artigo L 511-71 do mesmo Código.

Submetida a votação, a presente resolução foi adotada por unanimidade.

SEGUNDA RESOLUÇÃO

A Assembleia Geral Ordinária Anual dos acionistas decidiu aplicar o resultado líquido contabilístico do exercício findo, o qual corresponde a um lucro de 173 578 887,19 euros, da seguinte forma:

- Resultados transitados a 31/12/2018	760 977 918,32 € 173 578 887,19 €
- Lucro do exercício	6 000 000,00 €
- Dotação para reservas diversas	
correspondendo a um lucro distribuível de	<hr/> 928 556 805,51 €
- Distribuição aos Acionistas	125 025 000,00 €
- Atribuição dos resultados transitados	803 531 805,51 €

O dividendo pagável e relativo ao exercício de 2018 ascende assim a 33,34 euros por ação.

A Assembleia Geral dos Acionistas relembra que os dividendos pagos no final dos três exercícios anteriores foram os seguintes:

Para o exercício	Dividendo podendo beneficiar de uma dedução fiscal de 40%	Dividendo não podendo beneficiar de uma dedução fiscal de 40 %
2015	-	-
2016	-	-
2017	-	-

Submetida a votação, a presente resolução foi adotada por unanimidade.

TERCEIRA RESOLUÇÃO

A Assembleia Geral dos Acionistas, após leitura do relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre os resultados consolidados, aprovou os resultados consolidados a 31 de dezembro de 2018, os quais apresentam um lucro de 191 176 395 euros (segundo as normas IFRS) e um resultado líquido como parte do grupo de 191 156 807 euros, bem como as operações mencionadas nesses resultados ou resumidas no relatório sobre a gestão do grupo incluído no relatório e contas.

Submetida a votação, a presente resolução foi adotada por unanimidade.

QUARTA RESOLUÇÃO

A Assembleia Geral Ordinária Anual dos Acionistas, após leitura do relatório dos Revisores Oficiais de Contas sobre as as convenções previstas nos artigos L 225-86 e seguintes do Código Comercial aprovou as conclusões do relatório e as convenções referidas no mesmo.

Submetida a votação, a presente resolução foi adotada por unanimidade.

PARTE EXTRAORDINÁRIA

QUINTA RESOLUÇÃO

A Assembleia Geral Extraordinária, após ter ouvido a leitura do relatório do Conselho de Administração ao abrigo do disposto no artigo L 225-129-6 do Código Comercial e após leitura do relatório dos revisores oficiais de contas sobre o aumento de capital com supressão do direito de preferência na subscrição de ações, decide proceder a um aumento de capital nos termos dos artigos L 3332-18 a L 3332-24 do Código do Trabalho.

A Assembleia Geral dá plenos poderes ao Conselho de Administração, pelo prazo de seis meses a contar da presente assembleia, para aumentar o capital social através da emissão de novas ações a subscrever em numerário pelos trabalhadores. O número de ações a emitir ao abrigo da presente autorização não poderá exceder 3% do capital social, sendo esse limite apreciado à data da emissão.

A Assembleia Geral decide por conseguinte suprimir o direito de preferência dos acionistas na subscrição de novas ações a emitir a favor dos trabalhadores que aderirem ao plano de poupança empresa da sociedade.

No âmbito da delegação, o Conselho de Administração tem plenos poderes para:

- Aprovar os termos e condições das novas ações ao abrigo dos artigos L225-138 do Código Comercial e dos artigos L3332-1 8 a L3332-24 do Código do Trabalho;
- Verificar o aumento de capital realizado ao abrigo da delegação;
- Alterar os estatutos em conformidade.

Submetida a votação, a presente resolução foi rejeitada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar e como mais ninguém pediu a palavra, o Presidente da Mesa encerrou a sessão.

Pelo que foi lavrada a presente ata, lida e assinada pelos membros da mesa.

O Presidente da Mesa
Senhor Daniel BAAL

Os escrutinadores

COFIDIS PARTICIPATIONS
Representada pelo Senhor Gilles SAURET

Senhora Annie GAIN

O Secretário
Senhor François SARCHE

APOSTILHA

(Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961)

1. País: **República Francesa**
O presente documento público
2. é assinado por Sylvain ROUSSEL
3. agindo na qualidade de Notário associado
4. e tem aposto o carimbo/selo branco do seu cartório notarial, sito em ROUBAIX

CERTIFICADO

5. Em DOUAI
6. No dia 10 de julho de 2019
7. pelo Procurador-Geral
8. Sob o N.º 2751/2019
9. Carimbo
10. Assinatura:

Pela Procuradora-Geral
Olivier DECLERCK
Procurador-Adjunto

(Carimbo Redondo do Tribunal da Relação de Douai)

“A Apostilha atesta apenas a **autenticidade da assinatura**, a qualidade com que agiu o signatário do ato e, sendo caso disso, a autenticidade do selo ou do carimbo que constam do ato. Não significa que o conteúdo do documento esteja correto ou que a República Francesa o aprove.”

N.º de página(s): 09

CÓPIA AUTENTICADA

RUBRICA

)
)
[CERTIFICADO CONFORME O ORIGINAL]

[Carimbo do Notário, Sylvain ROUSSEL
ROUBAIX] com assinatura

Cofidis S.A.

Relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados anuais

Exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDIT

MAZARS

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDIT

SEDE SOCIAL 63, RUE DE VILLIERS - 92200 NEUILLY-SUR-SEINE

MAZARS

SEDE SOCIAL; 61, RUE HENRI REGNAULT - 92075 PARIS LA DEFENSE CEDEX

COFIDIS S.A.

Sociedade anónima com Conselho de Administração e Conselho Fiscal
com o capital social de 67.500.000 €
Sede social: Parc de la Haute Borne - 61, Avenue Halley
59866 Villeneuve d'Ascq

CRC: Lille Métropole 325 307 106

Relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados anuais

Exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDIT

MAZARS

COFIDIS S. A.

*Resultados anuais
Exercício encerrado a
31 dezembro de 2018*

Relatório dos revisores oficiais de contas sobre os resultados anuais

Aos Acionistas da Cofidis S.A.,

Parecer

Em cumprimento da missão que nos foi atribuída pela vossa assembleia geral, procedemos à revisão dos resultados anuais da sociedade COFIDIS S.A. relativos ao exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018 e anexados ao presente relatório.

Certificamos que os resultados anuais cumprem as regras e princípios contabilísticos franceses e são corretos e fidedignos, transmitindo uma imagem fiel do resultado das operações do exercício anterior e da situação financeira e patrimonial da sociedade no final do exercício.

Fundamentos do parecer

Referencial da auditoria

A nossa auditoria baseou-se nas normas profissionais aplicáveis em França à nossa atividade. Consideramos que os elementos recolhidos são suficientes e adequados, permitindo sustentar o nosso parecer.

As nossas responsabilidades ao abrigo dessas normas estão mencionadas no capítulo «Responsabilidades dos revisores oficiais de contas em relação à auditoria dos resultados anuais» do presente relatório.

Independência

A nossa missão de revisão cumpriu as regras de independência aplicáveis, à nossa atividade entre o dia 1 de janeiro de 2018 e a data de emissão do nosso relatório. Nomeadamente, não prestámos serviços proibidos pelo artigo 5º, nº 1 do regulamento (UE) nº 537/2014 ou pelo Código de Deontologia da profissão de revisor oficial de contas.

COFIDIS S.A.*Resultados Anuais**Exercício encerrado a**31 de dezembro de 2018***Justificação da nossa análise**

Nos termos do disposto nos artigos L.823-9 e R.823-7 do Código Comercial relativos à justificação da nossa análise, damos conhecimento dos pontos chave da auditoria relativos aos riscos de anomalia significativos que, de acordo com o nosso juízo profissional foram mais importantes para a auditoria dos resultados anuais bem como das respostas que foram dadas face a esses riscos.

Essa análise baseia-se na auditoria dos resultados anuais no seu conjunto e na formação do nosso parecer. Não nos pronunciamos sobre elementos isolados desses resultados.

Ponto chave Nº 1: depreciações no âmbito do risco de crédito

<i>Risco identificado</i>	<i>Nossa resposta</i>
<p>Devido à sua atividade de estabelecimento de crédito especializado no crédito ao consumo, a Cofidis S.A. constitui depreciações destinadas a cobrir os créditos sobre os clientes que apresentam um risco efetivo de falta de pagamento. Como especificado na nota II-1 do anexo aos resultados anuais, as depreciações são calculadas com base numa modelização estatística, que a partir dos fluxos de cobrança e de perdas baseadas em dados históricos observados nas carteiras homogêneas de crédito determinam os fluxos futuros esperados para esses créditos.</p> <p>Considerámos que a identificação e a avaliação do risco de crédito constituíam um ponto chave da auditoria visto que os créditos concedidos aos clientes representam uma parte significativa do balanço e que as depreciações induzidas constituem uma estimação significativa para o estabelecimento das contas, exigindo uma análise por parte da direção.</p> <p>Considerámos que a análise da adequação do nível de cobertura dos riscos de crédito pelas depreciações e que o nível do custo do risco associado constituem um ponto-chave na auditoria para o exercício de 2018.</p> <p><i>O stock de depreciação dos créditos por liquidar ascende a 1 230 M€ para uma carteira bruta de empréstimos de 9 324 M€ a 31 de dezembro de 2018. O custo do risco para o exercício de 2018 ascende a 250 M€ (contra 237 M€ para o exercício de 2017)</i></p> <p><i>Para obter informações mais detalhadas sobre os princípios contabilísticos e as explicações, é favor consultar as notas II-1, III-2 e V-6 do anexo.</i></p> <p>..</p>	<p>Durante os nossos trabalhos verificámos se os modelos implementados cumpriam as normas contabilísticas aplicáveis em França e analisámos a qualidade dos dados utilizados para determinar as depreciações por dívidas incobráveis dos clientes retalhistas.</p> <p>Desta forma:</p> <ul style="list-style-type: none">• tomámos conhecimento dos processos de controlo interno ligados ao cálculo das depreciações desses créditos;• testámos a eficácia do controlo relativo a esses processos;• testámos com base numa amostragem, a qualidade dos dados históricos utilizados nos modelos de depreciação.

COFIDIS S.A.

Resultados Anuais
Exercício encerrado a
31 de dezembro de 2018

Verificações específicas

Também nos baseamos nas normas aplicáveis em França à nossa atividade e nas verificações específicas previstas nos diplomas legais e regulamentares.

Tivemos em conta as informações mencionadas no relatório e contas e outros documentos sobre a situação financeira e os resultados anuais enviados aos acionistas.

Não temos nenhuma observação a formular sobre a sinceridade e a concordância entre os resultados anuais e as informações mencionadas no relatório e contas do conselho de administração e outros documentos sobre a situação financeira ou os resultados anuais enviados aos acionistas salvo no que se refere ao ponto abaixo.

A sinceridade e a concordância entre os resultados anuais e as informações mencionadas no artigo D.441-4 do Código Comercial levam-nos a tecer o seguinte comentário:

Como mencionado no relatório e contas, essas informações não incluem as operações bancárias e outras operações conexas visto que a vossa sociedade considera que estas não fazem parte das informações a apresentar.

Relatório sobre governação empresarial

Confirmamos a menção no relatório e contas do conselho de administração sobre governação empresarial das informações requeridas no artigo L.225-37-4 do Código Comercial.

Para os devidos efeitos legais, salientamos que as informações relativas à remuneração dos mandatários sociais previstas no disposto do artigo L.225-37-3 do Código Comercial não constam do relatório sobre governação empresarial. Por conseguinte, não podemos confirmar a menção das informações requeridas nesse relatório nem a exatidão e a sinceridade dessas informações.

COFIDIS S.A.

Resultados Anuais

Exercício encerrado a

31 de dezembro de 2018

Informações resultantes de outras obrigações legais e regulamentares

Nomeação dos revisores oficiais de contas

Fomos nomeados revisores oficiais de contas da sociedade COFIDIS pela Assembleia Geral Ordinária de 29 de maio de 2012 para o Gabinete PricewaterhouseCoopers Audit e de 30 de maio de 2018 para o gabinete Mazars.

A 31 de dezembro de 2018, a empresa PricewaterhouseCoopers Audit cumpria a sua missão pelo sétimo ano consecutivo e a Mazars pela primeira vez.

Responsabilidades da direção e dos membros da governação empresarial relativamente aos resultados anuais

É da responsabilidade da direção a elaboração de demonstrações financeiras que apresentem uma imagem verdadeira e apropriada de acordo com as normas e princípios contabilísticos franceses, bem como a aplicação dos controlos internos considerados necessários para a elaboração de demonstrações financeiras isentas de anomalias significativas, independentemente de serem originadas por erros ou fraudes.

Ao preparar as demonstrações financeiras, a direção deve avaliar a capacidade da empresa em manter a continuidade operacional e apresentar nesses resultados, se for caso disso, as informações necessárias sobre essa continuidade. Por outro lado, deverá aplicar a política contabilística de continuidade operacional a menos que pretenda liquidar a empresa ou cessar a sua atividade.

Os resultados anuais foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Objetivo do processo de auditoria

Incumbe-nos elaborar um relatório sobre os resultados anuais. O nosso objetivo é assegurar de forma razoável que os resultados anuais, na sua globalidade, não incluem anomalias significativas. A segurança razoável corresponde a um nível de segurança elevado, embora nenhuma auditoria realizada ao abrigo das nossas normas profissionais permita detetar sistematicamente anomalias de relevo. As anomalias podem ser originadas por fraudes ou erros e são consideradas significativas quando podemos razoavelmente esperar que, individualmente ou em conjunto, sejam capazes de influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores dos resultados com base nos mesmos.

Como especificado no artigo L.823-10-1 do Código Comercial, a nossa missão de revisão das contas não pretende garantir a viabilidade ou a qualidade da gestão da vossa empresa.

No âmbito de uma auditoria realizada ao abrigo das normas profissionais em vigor em França, o revisor oficial de contas faz um juízo profissional ao longo de toda a auditoria. Além disso:

ele identifica e avalia os riscos de anomalias significativas dos resultados anuais, independentemente de serem originados por erros ou fraude, estabelece e implementa procedimentos de auditoria para avaliar esses riscos e obtém as informações que considera suficientes e apropriadas para fundamentar o seu parecer. O risco de não detetar uma anomalia significativa provocada por uma fraude é mais elevado que para uma anomalia significativa resultante de um erro pois a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões voluntárias, falsas declarações ou contornar o controlo interno;

além disso, o ROC toma conhecimento do controlo interno pertinente para a auditoria, de modo a estabelecer os procedimentos de auditoria adaptados a cada circunstância, sem pretender dar um parecer sobre a eficácia do controlo interno;

COFIDIS S.A.

*Resultados Anuais do
Exercício encerrado a
31 de dezembro de 2018*

ele verifica se os métodos contabilísticos utilizados são apropriados e avalia a razoabilidade das estimativas contabilísticas da direção, bem como as informações contidas nos resultados anuais;

também verifica se a convenção contabilística para a continuidade da exploração foi convenientemente aplicada e, consoante os dados recolhidos, a existência ou não de uma incerteza significativa relacionada com acontecimentos ou circunstâncias que possam prejudicar a viabilidade operacional da empresa. Essa análise baseia-se nos dados recolhidos até à data do seu relatório sem prejuízo de qualquer circunstância ou acontecimento posterior que possa prejudicar a continuidade da exploração. Toda e qualquer incerteza significativa será mencionada no relatório emitido, o qual chamará a atenção dos leitores para as informações prestadas sobre essa incerteza. Na falta de informações ou em caso de discrepância das mesmas, emitirá um parecer com reservas, podendo inclusive recusar certificar as contas.

analisa o conjunto dos resultados anuais, verificando se os mesmos refletem operações e acontecimentos subjacentes, de modo a transmitir uma imagem fiel.

COFIDIS S.A.

*Resultados Anuais do
Exercício encerrado a
31 de dezembro de 2018*

Neuilly-sur-Seine e Courbevoie, 14 de maio de 2019

Os Revisores Oficiais de Contas

**PRICEWATERHOUSECOOPERS
AUDIT**

RUBRICA

NICOLAS WILFART

--

MAZARS

RUBRICA

ANNE VEAUTE

RUBRICA

VINCENT RAMBAUX

BALANÇO PÚBLICÁVEL COFIDIS

ACTIVO (em milhares de euros)	31/12/2018	31/12/2017
CAIXAS, BANCOS CENTRAIS	30	32
EFEITOS PÚBLICOS E VALORES EQUIPARADOS	0	0
CRÉDITO SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1 126 689	1 186 968
<i>À ordem</i>	633 520	822 796
<i>A prazo</i>	493 169	364 172
OPERAÇÕES COM OS CLIENTES	8 094 067	7 405 807
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	0	0
AÇÕES E OUTROS TÍTULOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL	0	0
PARTICIPAÇÕES E OUTROS TÍTULOS DETIDOS A LONGO PRAZO	0	0
PARTICIPAÇÕES NAS EMPRESAS ASSOCIADAS	571 778	566 058
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	1 106	857
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	104 541	108 556
LEASING E ALUGUER COM OPÇÃO DE COMPRA	113 746	101 602
ALUGUER SIMPLES	10 498	13 617
OUTROS ATIVOS	50 825	63 847
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	59 367	63 561
TOTAL ATIVO	10 132 647	9 510 905

BALANÇO PUBLICÁVEL COFIDIS

PASSIVO (em milhares de euros)	31/12/2018	31/12/2017
DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	7 711 826	7 383 505
<i>À ordem</i>	517	2 092
<i>A prazo</i>	7 711 309	7 381 413
OPERAÇÕES COM OS CLIENTES	6 802	6 291
DÍVIDAS REPRESENTADAS POR TÍTULOS	50 000	50 000
<i>Instrumentos de dívidas negociáveis</i>	50 000	50 000
<i>Empréstimos obrigacionistas</i>	0	0
OUTROS PASSIVOS	71 580	65 712
CONTAS DE REGULARIZAÇÃO	208 868	200 434
PROVISÕES	24 869	19 857
PROVISÕES REGULAMENTADAS	0	0
DÍVIDAS SUBORDINADAS	200 032	100 014
FUNDO PARA RISCOS BANCÁRIOS GERAIS	25 154	25 154
CAPITAIS PRÓPRIOS FORA FRBG	1 833 516	1 659 937
<i>Capital subscrito</i>	67 500	67 500
<i>Prémios de emissão</i>	10 816	10 816
<i>Prémios de fusão</i>	434 503	434 503
<i>Reservas</i>	386 140	381 140
<i>Resultados transitados</i>	760 978	586 221
<i>Resultado do exercício</i>	173 579	179 757
TOTAL PASSIVO	10 132 647	9 510 905

BALANÇO PUBLICÁVEL COFIDIS

(em milhares de euros)

	31/12/2018	31/12/2017
COMPROMISSOS ASSUMIDOS		1 453 293
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO	1 420 329	1 629
COMPROMISSOS DE GARANTIA	1 529	1 000
<u>COMPROMISSOS RECEBIDOS</u>		8 649
COMPROMISSOS DE FINANCIAMENTO	0	
- instituições de crédito		
- dos clientes	9 007	
COMPROMISSOS DE GARANTIA	215	215

BALANÇO PUBLICÁVEL COFIDIS

(em milhares de euros)

	31/12/2018	31/12/2017
JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS	886 897	870 687
<i>sobre operações com as instituições de crédito, sobre operações sobre os clientes</i>	2 410	1 507
<i>sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo</i>	878 114	864 012
<i>outros: juros e proveitos equiparados</i>	0	0
	6 373	5 168
JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS	69 709	61 887
<i>sobre as operações com instituições de crédito sobre operações com os clientes</i>	15 748	17 734
<i>sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo</i>	35 304	24 369
<i>outros: juros e proveitos equiparados</i>	1 695	1 267
	16 962	18 517
PROVEITOS SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING E EQUIPARADAS CUSTOS SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING E EQUIPARADAS	26 237	28 401
	21 675	23 815
PROVEITOS SOBRE OPERAÇÕES DE ALUGUER SIMPLES CUSTOS SOBRE OPERAÇÕES DE ALUGUER SIMPLES	2 462	5 965
	2 462	5 965
RENDIMENTOS DE TÍTULOS DE RENDIMENTO FIXO	1 677	4 871
COMISSÕES (proveitos)		
COMISSÕES (custos)	220 217	198 120
OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO BANCÁRIA		
OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BANCÁRIA	17 454	17 179
PROVEITO LÍQUIDO BANCÁRIO	1 358	1 822
CUSTOS GERAIS DE EXPLORAÇÃO		
DOTAÇÕES PARA PROVISÕES E AMORTIZAÇÕES SOBRE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS	3 537	3 114
	1 024 011	997 906
RESULTADO BRUTO DE EXPLORAÇÃO		
CUSTO DO RISCO		
RESULTADO DE EXPLORAÇÃO		
GANHOS OU PERDAS EM ATIVOS IMOBILIZADOS	504 626	471 686
RESULTADO CORRENTE ANTES DE IMPOSTOS	6 080	6 349
RESULTADO EXTRAORDINÁRIO		
IMPOSTO SOBRE OS LUCROS		
DOTAÇÕES/RETOMAS de FRBG e provisões regulamentadas	513 305	519 871
RESULTADO LÍQUIDO	250 044	236 646
	263 261	283 225
	-1 949	-15 865
	261 312	267 360
	87 733	87 603
	0	0
	173 579	179 757

COFIDIS S.A.

RESULTADOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
ÍNDICE

1- Apresentação da sociedade e factos relevantes do exercício

II - Princípios e métodos contabilísticos

- 1 - Créditos sobre os clientes
- 2 - Títulos
- 3 - Leasing e aluguer com opção de compra -- Aluguer simples
- 4 - Imobilizações
- 5 - Dívidas representadas por um título
- 6 - Compromissos sociais
- 7 - Provisões
- 8 - Proveitos e custos de exploração bancária
- 9 - Comissões
- 10- Operações em divisas
- 11 - Operações sobre instrumentos financeiros a prazo
- 12 - Método de análise dos instrumentos de redução de riscos

III - Notas sobre o balanço

- 1- Créditos sobre as instituições de crédito
- 2-Operações com os clientes
- 3-Participações e outros títulos detidos a L.T.
- 4-Participações das empresas associadas
- 5-Leasing e aluguer com opção de compra – Aluguer simples
- 6-Imobilizações incorpóreas
- 7-imobilizações corpóreas
- 8-Outros ativos
- 9-Acréscimos e diferimentos (ativo)
- 10- Dívidas a instituições de crédito
- 11- Dívidas representadas por um título
- 12- Outros passivos
- 13- Acréscimos e diferimentos (passivo)
- 14- Provisões
- 15- Dívidas subordinadas
- 16- Capitais próprios

IV - Notas sobre as operações extrapatrimoniais

- 1- Compromissos de financiamento a favor dos clientes
- 2-- Instrumentos financeiros a prazo

V - Notas sobre a demonstração de resultados

- 1- Juros e proveitos equiparados sobre operações com os clientes
- 2 -Juros e proveitos equiparados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo
- 3-Juros e custos associados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo
- 4- Comissões
- 5- Custos gerais de exploração
- 6- Custo do risco
- 7- Ganhos ou perdas em ativos imobilizados
- 8- Provisões regulamentadas
- 9- Informações setoriais

VI - Outras informações

- 1- Nº de empregados
- 2- Imposto sobre as sociedades
- 3- Remuneração dos dirigentes.
- 4- Honorários dos revisores oficiais de contas
- 5- Mapas dos dados sobre as empresas associadas e as participações
- 6- Crédito de imposto de competitividade
- 7- Proposta de aplicação dos resultados 2018
- 8- Sociedade consolidante

1- Apresentação da sociedade e factos relevantes do exercício

A Cofidis S.A. foi criada em 1982.

A Cofidis SA concede créditos ao consumo e empréstimos pessoais. A Cofidis S.A. emite e gere meios de pagamento.

A Cofidis S.A. desenvolve a sua atividade em França, mas também representa várias sucursais no estrangeiro: Portugal, Espanha, Hungria, Polónia, Eslováquia.

A Cofidis S.A. é indefinidamente solidária de GEIE Synergie e das respetivas sucursais.

A Cofidis S.A. é totalmente detida pela Cofidis Participations desde 23 de março de 2009.

Durante o exercício de 2012, a COFIDIS S.A. foi alvo de uma inspeção por parte da Autoridade Tributária que se debruçou sobre a totalidade das operações analisáveis realizadas durante os exercícios de 2009 e 2010.

No final da inspeção, foi apresentada uma proposta de retificação à sociedade no dia 14 de dezembro de 2012. A COFIDIS SA contesta nesta fase um dos motivos de retificação apresentados pela Autoridade Tributária. Assistida pelos seus mandatários, a sociedade considera que os seus argumentos são suficientes para ver satisfeitas as suas pretensões. Por conseguinte, não foram registadas provisões no âmbito nomeadamente das diferenças temporárias postas em causa pela Autoridade Tributária. A COFIDIS S.A. defendeu a sua posição junto da Autoridade Tributária e nomeadamente junto da Comissão Nacional de Conciliação dos Impostos no dia 9 de janeiro de 2015. Apesar do parecer favorável dessa comissão, a Autoridade Tributária mantém a sua posição. O pedido de execução da cobrança foi recebido em 5 de maio de 2015 e o pagamento foi efetuado em 12 de maio de 2015. No dia 20 de junho de 2015, enviámos uma reclamação contenciosa que foi indeferida em 23 de dezembro de 2015.

A COFIDIS S.A. entregou uma petição inicial junto do tribunal administrativo no dia 1 de fevereiro de 2016. No dia 11 de maio de 2017, o tribunal administrativo de Montreuil proferiu uma sentença favorável à COFIDIS S.A.

O Ministério da ação e das contas públicas interpôs recurso junto do tribunal administrativo de recurso de Versalhes em 7 de setembro de 2017. A instrução ainda está em curso a 31 de dezembro de 2018.

Acontecimento pós-encerramento.

Sem acontecimentos

II - Princípios contabilísticos

Os resultados da Cofidis S.A. foram elaborados nos termos das disposições regulamentares, tal como previsto no regulamento ANC Nº 2014-02 de 6 de fevereiro de 2014 relativo aos termos e condições de elaboração dos resultados das sociedades de financiamento.

Os resultados da Cofidis S.A. não envolveram nenhum novo método contabilístico ou de apresentação comparativamente ao exercício N-1.

As convenções contabilísticas gerais aplicadas à Cofidis S.A. respeitam o princípio de prudência:

- Continuidade da exploração;
- Permanência dos métodos contabilísticos de um exercício para o outro,
- Independência dos exercícios,

O método considerado para avaliar os dados registados na contabilidade é o método do custo histórico e todas as rubricas do balanço excluem, se for caso disso, as amortizações, provisões e correções de valor.

1- **Créditos sobre os clientes**

Os créditos reestruturados representam os créditos cuja dívida foi renegociada.

A cobrança duvidosa é composta por créditos que apresentam um risco de crédito concreto correspondendo a uma das seguintes situações:

quando a falta de pagamento de um valor superior ou igual a 1 euro exceder 90 dias;

quando a situação de uma contraparte apresentar características, que independentemente de qualquer falta de pagamento, permitem concluir que existe um risco concreto, se existir algum contencioso entre o estabelecimento e a sua contraparte.

Dentro das cobranças duvidosas, a Cofidis S.A. identifica as cobranças duvidosas comprometidas. Essas cobranças são compostas por créditos em situação de vencimento antecipado cuja cobrança é duvidosa há mais de 12 meses.

A classificação para uma contrapartida de um crédito em «cobrança duvidosa» acarreta uma classificação idêntica para a totalidade do crédito.

Os valores dos créditos em curso incluem as cobranças duvidosas sem depreciação.

Os créditos que já não são considerados «cobranças duvidosas» voltam a ser considerados «dívidas saudáveis.»

A Cofidis S.A. constituiu depreciações destinadas a cobrir os créditos sobre os clientes para os quais existe um risco comprovado de falta de pagamento. Essas depreciações são calculadas através da aplicação de uma modelação estatística que, a partir dos fluxos de cobrança, com base nos dados históricos constatados nas carteiras homogêneas de créditos, determina os fluxos futuros esperados para esses créditos

As depreciações sobre créditos por pagar são calculadas através da aplicação de taxas de aprovisionamento crescentes, consoante o grau de gravidade de cada categoria de crédito (número de prestações em atraso maior ou menor, razões específicas...).

Essas taxas esperadas baseiam-se numa abordagem estatística dos fluxos de cobrança previsionais, reatualizados a cada balanço anual. Essas taxas são atualizadas nos termos do disposto no CRC 2002-03 alterado pelo regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014.

A abordagem estatística baseia-se no sistema de notação interna da Cofidis S.A., resultante de uma segmentação do crédito, bem como sobre o número de prestações por pagar. A segmentação do montante em dívida da Cofidis S.A., é definida consoante a situação do crédito no sistema de gestão da Cofidis S.A.

As dotações e recuperações da atualização passam para custo do risco.

A Cofidis S.A. contabiliza os juros sobre cobranças duvidosas nos termos do contrato. Esses juros são incluídos na base de cálculo da depreciação como perdas prováveis incorridas.

Ao abrigo do Regulamento ANC 2014-07, é constituído um desconto relativamente aos créditos reestruturados.

Os créditos reestruturados são créditos detidos pelas contrapartes que apresentam dificuldades financeiras tais que a instituição de crédito é obrigada a alterar as características iniciais (prazo, taxa de juro) para que a contraparte possa cumprir os prazos de pagamento.

O desconto de crédito é calculado sobre as dívidas saudáveis e representa o lucro cessante atualizado entre a nova taxa do crédito e a taxa inicial do empréstimo concedido.

O desconto de crédito é registado como custo do risco na altura da sua constituição. As recuperações de desconto de crédito são registadas como proveito líquido bancário.

No balanço, está inscrita como diminuição do crédito.

2- Títulos

Os títulos estão registados nas seguintes categorias: títulos de participação e participação em empresas associadas, outros títulos detidos a longo prazo, títulos de investimento, títulos da atividade de carteira, títulos de investimento e títulos de transação. Os títulos são contabilizados ao preço de aquisição e avaliados nos termos do disposto no regulamento 90-01 do Comité de Regulação Bancária e Financeira alterado pelo Regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014.

O valor de inventário de uma participação corresponde ao seu valor histórico e de utilidade mais baixo para a sociedade. Esse valor é determinado por referência à quota-parte dos capitais próprios detidos, ao ativo líquido contabilístico corrigido, ao seu valor de rendimento e às perspetivas de rentabilidade.

Quando o valor de inventário é inferior ao valor contabilístico, regista-se uma depreciação. Os títulos detidos pela Cofidis S.A. não são cotados.

3- Leasing e aluguer com opção de compra - Aluguer simples

Existem duas atividades novas na Cofidis Portugal e na Cofidis Hungria desde 2016.

De acordo com o anexo II da instrução da Comissão Bancária N°90-01 de 1 de abril de 1990, alterada pelo Regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014, a Cofidis. S.A. inclui no ativo do seu balanço social as imobilizações de que é proprietária e que dá de aluguer.

Condições de amortização - Nas contas sociais da Cofidis S.A., em relação à amortização desses bens, a sociedade decidiu optar por uma amortização financeira durante a vigência do leasing ou do aluguer com opção de compra

4- Imobilizações

As imobilizações são contabilizadas ao preço de aquisição e amortizadas consoante o seu período de vida útil estimado. Os períodos e métodos habitualmente considerados são os seguintes:

- Softwares adquiridos: 1 ano com amortização linear
- Hardware: 3 a 10 anos com amortização decrescente
- Layout/Decoração: 10 anos com amortização linear
- Móveis: 10 anos com amortização linear

5- Dívidas representadas por um título

As dívidas representadas por um título são apresentadas consoante a natureza do seu suporte: nomeadamente títulos de crédito negociáveis e títulos obrigacionistas e equiparados, fora os títulos subordinados que são registados numa rubrica específica do passivo.

Os juros não vencidos aplicáveis a esses títulos são registados numa conta de dívidas como contrapartida da conta de resultado.

Os custos de emissão são suportados na totalidade durante o exercício da emissão. Os prémios de emissão são repartidos ao longo da vida útil do empréstimo através de uma conta de repartição de encargos.

Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas incluem os fundos provenientes da emissão de títulos ou empréstimos subordinados, a termo certo ou a termo incerto. O reembolso em caso de liquidação do devedor só é possível após a satisfação das obrigações face aos outros credores.

Os juros aplicáveis às dívidas subordinadas são registados numa conta de dívidas como contrapartida da conta de resultado.

6 - **Compromissos sociais**

A totalidade dos compromissos de reforma da Cofidis S.A. está provisionada nas contas anuais. O método de cálculo utilizado é o método retrospectivo.

O custo contabilizado como resultado durante 1 exercício integrado:

- os direitos complementares adquiridos pelos trabalhadores durante o exercício em questão,
- a variação da atualização dos direitos existentes no início do exercício, durante o decorrer do ano,
- a incidência das eventuais alterações de regime nos anos anteriores ou de novos regimes;
- a amortização das perdas atuariais.

Para determinar o valor atualizado da obrigação, utiliza-se o método retrospectivo com projeção de salário no final da carreira (é o chamado método das unidades de crédito projetadas). A valorização dos compromissos é realizada todos os anos e considera, nomeadamente para a valorização dos compromissos, a antiguidade, a esperança de vida, a taxa de rotação de pessoal por categoria bem como hipóteses económicas tais como a taxa de inflação e a taxa de atualização.

Os efeitos acumulados das diferenças atuariais são amortizados durante a atividade residual média dos trabalhadores ativos, com exceção para as diferenças que não ultrapassam 10 % do valor mais elevado entre o valor do compromisso bruto e o justo valor dos ativos de cobertura (método do «corredor») Essa amortização da diferença está incluída no custo atuarial do exercício seguinte. As diferenças verificadas sobre os outros benefícios tais como os jubileus, as medalhas... são imediatamente contabilizados na conta de resultados sem aplicação do «corredor»

A dívida relativa ao compromisso líquido da sociedade em termos de pessoal está incluída no passivo do balanço, na rubrica Provisões de reformas e outros benefícios.

As hipóteses consideradas são; Índice de atualização: 1.5 %, Índice de aumento: 2.25 %, Mapa de mortalidade; INSEE

7 - **Provisões**

As provisões são avaliadas pela Direção para dar cumprimento às obrigações atuais da sociedade (jurídicas ou implícitas) ao abrigo dos princípios contabilísticos franceses e do disposto no regulamento ANC 2014-03 de 5 de junho de 2014. A avaliação dos litígios é realizada com base nos pedidos recebidos por parte de terceiros e revistos, se for caso disso, consoante as ações em defesa dos direitos da sociedade.

8- **Proveitos e custos de exploração bancária**

Os proveitos e encargos bancários são contabilizados como resultado *prorata temporis*, à exceção das indemnizações por atraso nos processos de crédito, registadas como proveito logo na altura da aquisição.

9 - Comissões

As comissões relativas à atribuição ou à obtenção de um concurso são alvo, nos termos do regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014, da dilatação do tempo de vida desse concurso. A dilatação é realizada de forma linear.

As outras comissões são contabilizadas nas demonstrações financeiras ao abrigo dos termos contratuais e são apuradas à data da prestação do serviço.

10 - Operações em divisas

Os resultados das operações são determinados nos termos do Regulamento nº 89-01 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeira alterado pelo Regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014.

Os créditos, as dívidas e os compromissos extrapatrimoniais expressos em divisas são avaliados à taxa de câmbio à data de encerramento do exercício. Os ganhos e perdas de câmbio latentes e definitivos estão registados na conta de resultados. Os proveitos e encargos pagos ou recebidos são registados à data da transação.

Os *swaps* financeiros de divisas estão sujeitos ao disposto no Regulamento 90-15 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeira alterado pelo Regulamento ANC 2014-07 de 26 de novembro de 2014.

11 - Operações sobre instrumentos financeiros a prazo

Essas operações são contabilizadas nos termos do disposto nos regulamentos nº 88-02 e nº 90-15 do Comité de Regulamentação Bancária e Financeira alterados e na Instrução 94-04 alterada pelo Regulamento ANC 2014- 07 de 26 de novembro de 2014. São constituídas por operações sobre instrumentos de taxa de juros destinadas a cobrir o risco global de taxa de juros e por operações sobre instrumentos de divisas destinadas a cobrir o risco global de taxa de câmbio.

Os instrumentos de divisas foram contabilizados no balanço.

Os encargos e proveitos estão registados na conta de resultados *prorata temporis* pelo seu valor líquido.

Os pagamentos de rescisão são diretamente contabilizados na conta de resultados.

12 - Método de análise dos instrumentos de redução de riscos:

A Cofidis S.A. cobre o risco global de taxas de juros recorrendo aos instrumentos derivados. O método de contabilização dos instrumentos financeiros a prazo está descrito na nota II-10.

III - Notas sobre o balanço

1 - Crédito sobre instituições de crédito

Esses créditos dividem-se da seguinte forma;

Calendário a 31/12/2018

<i>Em milhares de euros</i>	Total balanço	≤ 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos
Crédito sobre instituições de crédito				
<i>Contas à ordem</i>	633 520	633 520		
<i>Contas a prazo*</i>	493169	113 169	89 000	291 000
Total	1 126 689	746 689	89 000	291 000

* Das quais empresas associadas: 493 169 milhares de euros

2- Operações com os clientes

Para a Cofidis, S.A., esta rubrica é analisada da seguinte forma (em milhares de euros):

Créditos de tesouraria	Valores brutos 31/12/2018	Depreciações 31/12/2018	Valores líquidos 31/12/2018	Valores líquidos 31/12/2017
Dívidas saudáveis (sem desconto) •	7 624 811	46 888	7 577 923	6 961 009
Créditos relacionados	95 565		95 565	71 453
Cobranças duvidosas	444 142	256 605	187 537	150 209
Cobranças duvidosas em dificuldade	1159 733	926 691	233 042	223 136
Total	9 324.251	1 230 184	8 094 067	7 405 807

*as dívidas saudáveis reestruturadas ascendem a 180 036 milhares de euros (sem desconto).

As depreciações sobre dívidas saudáveis são contabilizadas como cobertura das cobranças não duvidosas nos atrasos de pagamento (atrasos com menos de 90 dias).

O crédito de tesouraria para as sucursais é analisado da seguinte forma:

Créditos de tesouraria	Valores brutos 31/12/2018	Depreciações 31/12/2018	Valores líquidos 31/12/2018	Valores líquidos 31/12/2017
Dívidas saudáveis				
Espanha	1 268 961	14 886	1 254 075	1 147 592
Portugal	1 785 338	8 551	1 776 786	1 417 439
Hungria	203 511	2 621	200 890	162 951
Polónia	28 503	0	28 503	19 832
Eslováquia	31 118	147	30 971	20 347
Créditos relacionados				
Espanha	7 112		7 112	4 541
Portugal	48 977		48 977	31 941
Hungria	1 400		1 480	0
Polónia	0		0	0
Eslováquia	1 059		1 059	1 205
Cobranças duvidosas				
Espanha	272 239	22 4170	48 069	31 746
Portugal	2 485 23	227 346	21 177	34 715
Hungria	29 533	20 308	9 225	4 770
Polónia	833	584	249	17 7
Eslováquia	3 167	2 918	249	387
Total	3 930 354	501 532	3 428 822	2 877 641

Como são créditos para particulares os créditos sobre os clientes não são elegíveis para o refinanciamento do Banco de França.

- Ao abrigo do CRC 2005-03, a Cofidis S.A. contabiliza um desconto de capital e de juros sobre as dívidas reestruturadas não duvidosas. A dotação é contabilizada em custo de risco e a retoma em margem de juros para a parte de desatualização.

O valor do desconto ascende a 29 894 milhares de euros a 31 de dezembro de 2018.

Calendário a 31/12/2018 (exceto dívidas relacionadas)

<i>Em milhares de euros</i>	Total balanço	≤ 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Créditos de tesouraria (dívidas saudáveis)	7 626 291	679 223	1 363 359	4 470 604	1 113 105

Mapa de variação das depreciações (em milhares de euros):

Valores a 31 de dezembro de 2017	1234 984
Dotações / retomas / reclassificação	-4 800
Valores a 31 de dezembro de 2018	1 230 184

3- Participações e outros títulos detidos a L. T.

Já não existem participações e outros títulos detidos a longo prazo a 31 de dezembro de 2018.

4- Participações nas empresas associadas

Evolução das participações nas empresas associadas (em milhares de euros)

	01/01/2018	Aumento	Redução	31/12/2018
Valor bruto	614 113	7 960	0	622 073
Depreciações	-48 055	3 630	5 870	-50 295
Valor líquido	566 058	11 590	5 870	571 778

Mapa das participações nas empresas associadas (em milhares de euros)

	Capitais próprios (resultados incluídos)	Capital	Quota-parte do capital detido	Valor bruto escriturado 31/12/2018	Valor líquido escriturado 31/12/2018	Empréstimos e créditos	Valor dos avais e fianças	PNB*	Dividendos pagos	Resultado local do exercício 2018*
COFIDIS Itália	34 523	36 425	100.00	82 386	47 900	493 000	0	49 281	0	1 703
COFIDIS Bélgica	720 812	459 990	99.99	510 495	510 495	0	0	100 056	0	14 896
COFIDIS Rep. Checa ("")	3 673	28 870	100.00	29 070	13 200	0	0	7 315	0	-3 642

•Estes dados foram extraídos dos resultados locais.

Os dados relativos à República Checa foram convertidos à taxa de câmbio média de 2018 e à taxa de câmbio de encerramento de 31 de dezembro de 2018

O método de avaliação utilizado baseia-se em dados do exercício de 2018, em elementos de projeção e em elementos de mercado.

5- *Leasing e aluguer com opção de compra - Aluguer simples*

em K€

	Valores brutos	Amortizações		Depreciações		Valores líquidos	Valores líquidos
	31/12/2018	Do exercício	Acumulado	Do exercício	Acumulado	31/12/2018	31/12/2017
Portugal	192 308	13 481	89 761	-7 401	24 203	78 344	69 203
Hungria	57 013	11 938	20 860	121	1 551	34 602	32 399
Leasing	249 321	25 420	110 621	-7 280	25 754	112 946	101 602
Portugal	35 339	2 462	22 350	-1 686	2 259	10 730	13 617
Aluguer simples	35 339	2 462	22 350	- 1 686	2 259	10 730	13 617
Total	284 659	27 882	132 971	-8 966	28 013	123 676	115 219

6- Imobilizações incorpóreas (em milhares de euros)

• Valor bruto a 31/12/2017	22 755
• Aquisições/cessões/reclassificação 2018	176
• Reclassificação	
• Valor bruto a 31/12/2018	22 931
• Amortizações/depreciações a 31/12/2017	21 898
• Dotação	210
• Retoma	221
• Reclassificação	-62
• Amortizações/depreciações* a 31/12/2018	21 825
• Valor líquido a 31/12/2017	857
• Valor líquido a 31/12/2018	1 106

7- Imobilizações corpóreas (em milhares de euros)

• Valor bruto a 31/12/2017	146 089
• Aquisições / cessões 2018	1 070
• Reclassificação	0
• Valor bruto a 31/12/2018	147 159
• Amortizações a 31/12/2017	37 533
• Dotação	5 796
• Retoma	773
• Reclassificação	62
• Amortizações a 31/12/2018	42 618
• Valor líquido a 31/12/2017	108 556
• Valor líquido a 31/12/2018	104 541

8- Outros ativos

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Adiantamentos aos fornecedores	112	121
Depósitos de garantia para aluguer	344	284
Contas correntes GIE(s)	6 611	6 683
Estado IS*	11 015	6 680
Imposição de margem sobre instrumentos derivados	7 400	12 300
Devedores Diversos	25 342	37 779
Total	50 825	63 847

*A rubrica Estado IS corresponde a um crédito sobre a Cofidis Participations (no âmbito da integração fiscal) relacionado com o IRC.

9 -Contas de regularização (ativo)

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Acréscimos de custos	20 041	13 420
Rendimento diferido	17 464	21 453
Swap de divisas*	1 3426	24 521
Outros**	8 436	4 167
Total	59 367	63 561

*Referem-se a operações de Cross Currency SWAP.

** A rubrica "Outros" corresponde aos fluxos a imputar

10 - Dívidas a instituições de crédito

Esta rubrica divide-se da seguinte forma:

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Contas à ordem	517	2 092
Dívidas a prazo	7 705 139	7 376 650
Dívidas relacionadas	6 170	4 763
Total	7 711 826	7 383 505

Calendário a 31/12/2018 (exceto dívidas associadas)

<i>Em milhares de euros</i>	Total balanço	≤ 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Dívidas a instituições de crédito					
<i>Contas à ordem</i>	517	517			
<i>Dívidas a prazo</i>	7 705 139	2 310 170	1 521 851	3 468 118	405 000

11 - Dívidas representadas por um título

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Instrumentos de dívidas negociáveis	50 000	50 000
Dívidas relacionadas	0	0
Empréstimos obrigacionistas	0	0
Dívidas relacionadas	0	0
Total	50 000	50 000

Calendário 31/12/2018 (exceto dívidas relacionadas)

<i>Em milhares de euros</i>	Total balanço	≤ 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Dívidas representadas por um título					
TCN	50 000	50 000			

12- Outros passivos

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Fornecedores	8 195	13 512
Custos com pessoal e equiparados	21 268	21 615
Financiamento dos parceiros	3 960	4 316
Imposição de margem sobre instrumentos derivados	0	1 300
Outros credores diversos	38 157	24 969
Total	71 580	68 531

13- Contas de regularização (passivo)

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Encargos por pagar	81 165	80 254
Rendimentos diferidos	0	1 448
SWAP de divisas*	13 275	24 675
Outros-	114 428	94 057
Total	208 868	200 434

*São operações de Cross Currency SWAP.

**A rubrica "Outros" correspondem aos fluxos à espera de imputação

Os encargos a pagar são principalmente constituídos por encargos gerais de exploração.

14- Provisões

<i>Em milhares de euros</i>	2017	Dotações	Retomas / Reclassificações	2018
Riscos fiscais e jurídicos	3 049	0	0	3 049
- Compromissos sociais	8 540	1 197	0	9 737
Encargos diversos	8 268	5 292	-1 477	12 083
Total	19 857	6 489	-1 477	24 869

A rubrica Custos Diversos inclui provisões por litígios com parceiros, sociais e riscos bancários gerais da Cofidis S.A.

15- Dívidas subordinadas

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Títulos super subordinados e subordinados	200 000	100 000
Dívidas relacionadas	32	14
Total	200 032	100 014

O TS foi implementado a 31/03/2017.

16- Capitais próprios

O capital social da COFIDIS é composto por 3 750 000 ações, integralmente realizadas, num valor total de 67,5 milhões de euros.
Repartição do capital:

Cofidis Participations: 99,99%
Outros: 0,01 %

<i>Em milhares de euros</i>	2017	Aplicação do resultado 2016	Distribuição de dividendos	Aumento de capital / Alteração de método	2018
Capital	67 500				67 500
Prémios	445 319				445 319
Reserva legal	6 750				6 750
Outras reservas	374 390	5 000			379 390
Resultados transitados	586 221	174 757			760 978
Capitais próprios (fora resultado)	1 480 180	179 757	0	0	1 659 937

TOTAL DE CAPITAIS PRÓPRIOS A 31/12/2018 1 659 937

IV -Notas sobre as operações extrapatrimoniais

1 - Compromissos de financiamento a favor dos clientes

A contribuição que a sociedade pretende irrevogavelmente consentir aos seus clientes, a pedido dos mesmos (no âmbito de uma abertura de crédito permanente) ascende em 31/12/2018 a 1,42 mil milhões de euros.

2 - Instrumentos financeiros a prazo

São operações estáveis de cobertura e operações condicionais de cobertura realizadas com garantia e para efeitos de gestão global do risco das taxas de juro.

Os compromissos relativos a essas operações são extrapatrimoniais para o valor nominal dos contratos: este montante representa o volume de operações em curso.

Os encargos e proveitos relativos aos instrumentos financeiros a prazo têm por objetivo a cobertura e a gestão do risco de taxa global da Cofidis S.A., encontrando-se registados *prorata temporis* na rubrica «Juros e proveitos (custos) equiparados».

Esta rubrica é composta por:

SWAPS (COFIDIS mutuário com taxa fixa e mutuante com taxa variável) no valor de 4 152 milhões de euros (3 617 milhões de euros a 31 de dezembro de 2017).

Calendário a 31/12/2018

<i>Em milhares de euros</i>	Total balanço	≤ 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Instrumentos derivados	4 152 000	423 000	1 345 000	2 364 000	20 000

O justo valor dos instrumentos derivados ascende a milhares -11 145 milhares de euros (- 9 375 milhares de euros a 31 de dezembro de 2017).

V - Notas sobre a demonstração de resultados

1 - *Juros e proveitos equiparados sobre Operações com os clientes*

Essa rubrica de 886 897 milhares de euros inclui o valor das transações efetuadas com terceiros no âmbito da atividade profissional normal e corrente da empresa.

2 - *Juros e proveitos equiparados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo*

Não existiram rendimentos sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo em 2018.

3 - *Juros e proveitos equiparados sobre obrigações e outros títulos de rendimento fixo*

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Juros e despesas de empréstimos obrigacionistas	0	0
Juros sobre BMTN	0	0
Juros sobre Certificados de Depósito	0	10
Juros e despesas de títulos subordinados	1 695	1 257
Total	1 695	1 267

4 - **Comissões**

As rubricas de encargos são compostas por:

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Operações com as Instituições de crédito	17 454	17 179
Total	17 454	17 179

As rubricas de encargos são compostas por:

<i>Em milhares de euros</i>	2018	2017
Operações com os clientes	174 486	165 513
Prestação de serviços	45 731	32 607
Total	220 217	198 120

5- *Custos gerais de exploração*

- Despesas com pessoal: (em milhares de euros)

	2018	2017
Salários, ordenados e prémios	111 877	102 506
Custos sociais	31 642	30 427
Envolvimento e participação	5 712	7 064
Impostos, taxas e pagamentos equiparados sobre remunerações	9 063	8 654
Total	158 294	148 651

- Outras despesas: (em milhares de euros)

	346 332	323 035
TOTAL	504 626	471 686

6 - *Custo do risco (em milhares de euros):*

	2018	2017
Encargos sobre créditos dos clientes	250 044	236 646
Custo do risco	250 044	236 646

Detalhe do encargo sobre créditos dos clientes

	<i>2018</i>	<i>2017</i>
Créditos considerados perdas	332 844	337 903
Recuperações por créditos amortizados	- 46 196	- 47 067
Sem dotação / retoma	- 36 604	- 54 190
Custo do risco	250 044	236 646

7 - **Ganhos ou perdas em ativos imobilizados:**

	2018	2017
Depreciação sobre títulos das empresas associadas (cf. nota III.4)	0	-15 051
Ganhos ou perdas em imobilizações corpóreas	- 1 949	-814
Total	-1 949	-15 865

8- **Provisões regulamentadas (em milhares de euros):**

Detalhe da provisão regulamentada

	2018	2017
Dotações para amortizações especiais	0	0
Retoma das amortizações especiais	0	0
----- Total	0	0

9- **Informações setoriais (em milhares de euros):**

	França	Eslováquia	Polónia	Portugal	Espanha	Hungria
Proveito líquido bancário	552 828	2 150	2 053	175 234	255 831	35 613
Custo do risco	176 020	581	114	-1 439	70 405	4 364
Resultado líquido	67 441	-3 125	-1 153	6 6739	39 646	4 031

VI - Outras informações

1 - Efetivos

Número médio de trabalhadores em 2018:

Quadros	618
Não-quadros	3 035
Total	3 653

2 - Imposto sobre as sociedades

O montante do imposto sobre as sociedades e das contribuições ascende a 87 733 milhares de euros.

A Cofidis SA pertence, desde 1 de janeiro de 2010, ao grupo de integração fiscal da Cofidis Participations.

Não existe diferença entre o imposto contabilizado e o imposto que foi suportado na ausência de integração fiscal.

3 - Remuneração dos dirigentes

Essa informação não é transmitida porque permitiria identificar a situação de um determinado membro dos órgãos de direção.

Nenhuma ficha de presença foi entregue aos administradores.

4 - Honorários dos revisores oficiais de contas

As informações relativas aos honorários dos ROC são prestadas para o ano em curso bem como os resultados consolidados da sociedade Cofidis Participations.

5 - Mapa dos dados sobre as empresas associadas e as participações

Em milhares de euros

Rubrica	Valor
Contas à ordem	549 505
Empréstimos e créditos relacionados	500 283
Devedores diversos	8 951
Empréstimos e dívidas relacionados	7 707 665
Credores Diversos	35 161
Dívidas subordinadas	200 032
Produtos financeiros	7 786
Encargos diversos	3 140
Comissões	165 131
Custos gerais de exploração	94 771

6- Crédito de imposto de competitividade

O CICE permitiu melhorar globalmente a competitividade da Cofidis S.A., pois foi capaz de acelerar um certo número de investimentos, nomeadamente em novas tecnologias e novos mercados, sobretudo através de estudos prévios sobre novos produtos comerciais.

O CICE foi contabilizado como diminuição dos custos com pessoal.

7- Proposta de aplicação dos resultados 2018

Será proposta à Assembleia Geral de Acionistas a seguinte aplicação de resultados:

Resultados transitados em	760 977 918,32 €
31/12/2018 Benefício do exercício	173 578 887,19 €
<hr/>	
Produzindo um benefício distribuível de	934 556 805,51 €
Atribuição a título de dividendo	125 025 000,00 €
Atribuição à reserva legal	0,00 €
Atribuição em reservas diversas	6 000 000,00 €
Atribuição a resultados transitados	803 531 805,51 €

8- Sociedade consolidante

A sociedade Cofidis S.A. foi consolidada a 31 de dezembro de 2018 por integração global nos resultados dos grupos Cofidis Participations e do CMU-CIC cujas sedes sociais estão, respetivamente, localizadas em Parx de la Haute Borne, 61 avenue de Halley 59667 Villeneuve d' Ascq e rue de Wacken 67000 Estrasburgo.

APOSTILHA

(Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961)

1. País: **República Francesa**
O presente documento público
2. é assinado por Sylvain ROUSSEL
3. agindo na qualidade de Notário associado
4. e tem apostado o carimbo/selo branco do seu cartório notarial, sito em ROUBAIX
5. Em DOUAI
6. No dia 10 de julho de 2019
7. pelo Procurador-Geral
8. Sob o N.º 2749/2019
9. Carimbo
10. Assinatura:
Pela Procuradora-Geral
Olivier DECLERCK
Procurador-Adjunto

(Carimbo Redondo do Tribunal da Relação de Douai)

“A Apostilha atesta apenas a **autenticidade da assinatura**, a qualidade com que agiu o signatário do ato e, sendo caso disso, a autenticidade do selo ou do carimbo que constam do ato. Não significa que o conteúdo do documento esteja correto ou que a República Francesa o aprove.”

N.º de página(s): 23

[CERTIFICADO CONFORME O ORIGINAL]

CÓPIA
AUTENTICADA

COFIDIS

Sociedade anónima com Conselho de Administração e
Conselho Fiscal com o capital social de 67 500 000 euros

Sede social: Parc de la Haute Borne, 61 avenue Halley
59866 Villeneuve d'Ascq

RCS Lille Métropole 325 307 10

[Rubrica]

[Carimbo do Notário, Sylvain ROUSSEL
ROUBAIX] e assinatura

**RELATÓRIO E CONTAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRIGIDO À ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA ANUAL DE
29 DE MAIO DE 2019**

Senhoras e Senhores

Reunimo-nos em Assembleia-geral Ordinária e Extraordinária Anual, nos termos do disposto no Código Comercial e nos estatutos para prestar contas sobre a atividade da Sociedade durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como para submeter à vossa apreciação os resultados e o balanço do referido exercício. Os resultados estão anexados ao presente relatório.

As convocatórias requeridas foram enviadas nos termos legais e todos os documentos e anexos previstos pela regulamentação em vigor foram disponibilizados dentro dos prazos previstos.

I - Decisões relevantes da Assembleia-geral Ordinária Anual

SITUAÇÃO E ATIVIDADE DA SOCIEDADE DURANTE O EXERCÍCIO ENCERRADO

Atividade da sociedade

Note-se que os dados apresentados correspondem às contas financeiras da sociedade Cofidis e incluem os resultados das sucursais portuguesa, húngara, espanhola, eslovaca e polaca.

Em finais de 2018, a Cofidis registou um Proveito Líquido Bancário de 1 024 011 milhares de euros contra 997 906 milhares de euros em finais de 2017 e o capital em dívida bruto ascende a 9,32 mil milhões contra 8,64 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2017.

O seu resultado antes de imposto ascende a 261 312 milhares de euros contra 267 360 milhares de euros em finais de 2017. O valor do imposto sobre o rendimento ascende a 87,7 milhões de euros contra 87,6 milhões de euros em finais de 2017.

O resultado líquido do exercício de 2018, incluindo o resultado das sucursais, é de 173 579 milhares de euros contra 179 757 milhares de euros em finais de 2017.

Atividade das filiais

À exceção da Margem Seguros e da GEIE SynerGIE, todas as filiais da Cofidis S.A. exercem uma atividade de crédito ao consumo. Os dados numéricos abaixo correspondem às contribuições dessas entidades para o capital em dívida bruto consolidado do Grupo Cofidis S.A., calculado de acordo com as normas IFRS.

Capital em dívida bruto das filiais <i>(em milhares de euros)</i>	2018	2017
Cofidis S.A. (Bélgica)	881 092	842 818
Cofidis S.p.A. (Itália)	556 923	413 137
Cofidis s.r.o. (República Checa)	76 361	82 374

Atividade das sucursais

Todas as sucursais exercem uma atividade de crédito ao consumo.

Os dados numéricos abaixo correspondem às contribuições dessas entidades para o capital em dívida bruto consolidado do Grupo Cofidis S.A., calculado de acordo com as normas IFRS.

Capital em dívida bruto das sucursais <i>(em milhares de euros)</i>	2018	2017
Cofidis Espanha	1 546 396	1 374 972
Cofidis Portugal	2 198 953	1 864 863
Cofidis Hungria	271 274	223 065
Cofidis Eslováquia	35 345	25 392
Cofidis Polónia	29 355	20 508

Atividade da GEIE SynerGIE

Os dados numéricos abaixo são dados sociais.

A Cofidis detém 8 101 ações, ou seja 81,01 % do capital social da GEIE SynerGIE.

Em finais de 2018, a SynerGIE registou receitas de exploração no valor de 66 560 milhares de euros, o que corresponde aos serviços prestados pelo Agrupamento.

O total de proveitos ascende assim a a 66.560 milhares de euros em finais de 2018.

Por outro lado, os custos de exploração atingiram 66 491 milhares de euros em finais de 2018 e os custos financeiros ascendem a 69 milhares de euros.

Por conseguinte, os custos totais registados para o exercício de 2018 ascendem a 66 560 milhares de euros.

FACTOS RELEVANTES

Convém salientar que nenhum acontecimento marcante foi verificado durante o exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO E PERSPETIVAS DE FUTURO

Perante um contexto legislativo e concorrencial em permanente evolução, a Cofidis S.A. vai continuar a adaptar as suas ofertas e o seu posicionamento comercial de modo a responder às necessidades dos clientes nos seus principais mercados.

O controlo dos riscos continuará a ser uma prioridade nos próximos meses e anos.

RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO DO GRUPO

Nos termos do disposto no artigo L 233-26 do Código Comercial, o relatório sobre a gestão do Grupo está incluído no presente relatório.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Ao abrigo do disposto no artigo L-233-13 do Código Comercial e de acordo com os métodos previstos no artigo L 233-18 do mesmo, a Sociedade registou resultados consolidados com as seguintes empresas:

- Cofidis S.p.A (Itália);

- Cofidis S.A. (*Bélgica*);
- Cofidis s.r.o. (*República Checa*);
- Margem Seguros (*Portugal*);
- GEIE SynerGIE (*França*).

Os dados numéricos apresentados cumprem as normas **IFRS**.

Esses resultados consolidados 2018 que submetemos à vossa apreciação mostram um lucro consolidado (com integração dos interesses minoritários) de 191 176 395 euros a 31 de dezembro de 2018, contra 196 307 296 euros em finais de 2017.

Resultados-chave exercício de 2018 para o Grupo consolidado Cofidis S.A.

O Resultado Líquido Bancário do Grupo ascende a 1 169 414 milhares de euros contra 1 130 994 milhares de euros em finais de 2017.

O resultado de exploração ascende a 280 266 milhares de euros contra 294 535 milhares de euros em finais de 2017.

Os Revisores oficiais de conta comentam os resultados consolidados no seu relatório.

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Ao abrigo do artigo L 225-100 do Código Comercial, o relatório deve apresentar uma análise objetiva e exaustiva da evolução da atividade, nomeadamente das questões ambientais e de pessoal.

Situação de endividamento da Sociedade

Para assegurar o seu refinanciamento, a sociedade Cofidis, S.A. (incluindo as suas sucursais) dispõe a 31 de dezembro de 2018 de recursos interbancários e de mercado no valor de 50 milhões de euros contra 50 milhões de euros em 2017 e dispõe de recursos intragrupo BFCM no valor de 7 411 milhões de euros contra 7 476 milhões de euros durante o exercício anterior.

A estes valores acresce o refinanciamento das filiais do Grupo Cofidis no valor de 657 milhões de euros a título de recursos intragrupo BFCM contra 145 milhões de euros para o exercício anterior.

QUESTÕES DE AMBIENTE E DE PESSOAL

Relativamente à gestão do pessoal, a sociedade Cofidis S.A. está abrangida pela convenção coletiva das sociedades financeiras.

Em finais de 2018, o Grupo Cofidis S.A., incluindo as suas filiais e sucursais, emprega 4 323 trabalhadores contra 4 098 trabalhadores em finais do exercício precedente e em França, a Cofidis S.A. emprega 1 404 trabalhadores contra 1 1365 em finais de 2017.

Informamos que a atividade da empresa tem pouco impacto na biodiversidade.

Em termos de política RSE, a Cofidis integra as 3 dimensões da responsabilidade social da empresa no âmbito da sua estratégia global. Uma dimensão económica que favorece a melhoria constante da sua relação com os clientes, uma dimensão social que pretende lutar contra todas as formas de exclusão e uma dimensão ambiental que concorre para redução do impacto das suas atividades no ambiente. Tanto em França como nos outros países, a Cofidis é uma empresa empenhada junto de várias associações e está atenta à realização dos seus colaboradores.

Consideramos que a responsabilidade social da empresa garante um desenvolvimento sustentável e concreto em termos de eficiência económica, impacto ambiental e envolvimento humano e coletivo.

Como pioneira e interveniente em movimento no mercado de crédito ao consumo, a Cofidis, empresa francesa especializada na venda de crédito online, está cada vez mais empenhada numa estratégia responsável para cumprir todos os seus objetivos em matéria de luta contra o sobre-endividamento e a exclusão do crédito das pessoas com dificuldades.

A Cofidis concentra a sua ação em quatro eixos:

- responsabilidade no exercício da sua atividade graças ao seu novo posicionamento,
- o envolvimento na vida económica e social,
- preservação dos equilíbrios humanos,
- a reservação do ambiente.

A Sociedade regista as ações passadas e os resultados obtidos para reforçar e melhorar o acompanhamento dos clientes e por conseguinte a responsabilidade social e ambiental.

Principais riscos aos quais a Sociedade está exposta

À luz das atividades e dos volumes associados, os principais riscos aos quais a sociedade Cofidis S.A. e as suas filiais estão expostas são os seguintes:

- O risco de crédito (chamado de default), devido à incapacidade dos clientes de cumprirem as suas obrigações financeiras.
- O risco operacional (incluindo os riscos de não conformidade e de reputação, jurídicos): risco de perdas resultantes da inadequação ou da deficiência dos procedimentos internos, das pessoas ou dos sistemas ou resultantes de acontecimentos exteriores (definição de Basileia).
- O risco de não conformidade relacionado com as disposições legislativas e regulamentares.
- O risco de taxa de juro: risco de perda ou de depreciações residuais nas rubricas do balanço em caso de variação das taxas de juro.

Esses riscos são acompanhados e controlados pelas instâncias do Grupo: Direção Central dos Riscos Clientes, Comité de Riscos do Grupo, Comité de Controlo e Conformidade, Direção de Tesouraria do Grupo.

EVENTOS OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Convém salientar que nenhum evento significativo ocorreu após o encerramento do exercício de 2018.

ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Ao abrigo do disposto no artigo L 232-1 do Código Comercial, informamos que a Sociedade não desenvolveu nenhuma atividade de investigação e desenvolvimento abrangida pela Crédito de Imposto de Investigação durante o exercício findo.

TOMADAS DE PARTICIPAÇÃO

Durante o exercício de 2018, a Cofidis S.A. não adquiriu nenhuma participação.

REPARTIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

A Cofidis Participations detém 99,99 % do capital da Cofidis S.A.

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o resultado contabilístico líquido do exercício findo, o qual corresponde a um lucro de 173 578 887,19 euros seja aplicado da seguinte forma:

- Resultados transitados transitados a 31/12/2018	760 977 918,32 €
- Resultado do exercício	173 578 887,19 €
- Dotação para reservas diversas	6 000 000,00 €

correspondendo a um lucro distribuível de

928 556 805,51 €

- Distribuição aos acionistas
- Atribuição aos resultados transitados

- 125 025 000,00 €
803 531 805,51 €

O dividendo a distribuir relativamente ao exercício de 2018 ascende assim a 33,34 euros por ação.

Relembramos que os dividendos pagos no final dos três exercícios anteriores foram os seguintes:

Para o exercício	Dividendo podendo beneficiar de uma dedução fiscal de 40 %	Dividendo não passível de beneficiar de uma dedução fiscal de 40 %
2015	-	-
2016	-	-
2017	-	-

MAPA DOS RESULTADOS DOS ÚLTIMOS CINCO EXERCÍCIOS

Nos termos do disposto no artigo R 225-102 do Código Comercial, encontra-se anexado ao presente relatório o mapa que apresenta os resultados financeiros da Sociedade durante os últimos cinco exercícios.

DESPEAS SUMPTUÁRIAS E ENCARGOS NÃO DEDUTÍVEIS FISCALMENTE

Nos termos do disposto nos artigos 223º, 4º e 5º do Código Geral dos Impostos, informamos que as contas do exercício findo apresentam um valor de 64.194 euros que corresponde a despesas não dedutíveis fiscalmente. Por conseguinte, o imposto suportado para as referidas despesas e encargos ascende a 21 396 euros.

INFORMAÇÕES SOBRE OS PRAZOS DE PAGAMENTO DOS FORNECEDORES

Nos termos do disposto no artigo L 441-4 DO Código Comercial, transmitimos o detalhe das faturas recebidas e emitidas, não regularizadas à data de encerramento do presente exercício.

GESTÃO DOS RISCOS DE TAXA DE JUROS E DE LIQUIDEZ

Ao abrigo da recomendação nº 98 R 01 com data de 23 de junho de 1998, emitida pelo Conselho Nacional de Contabilidade, transmitimos as seguintes informações relativas à gestão dos riscos de taxa de juro e de liquidez para a sociedade Cofidis e as entidades do Grupo Cofidis S.A.

a) O risco de taxa

Tanto a sociedade Cofidis, S.A. como as entidades do Grupo Cofidis S.A. praticam uma política sã de cobertura de risco de taxa, pretendendo dessa forma preservar a margem financeira através de uma utilização racional dos instrumentos de cobertura adequados.

Esse risco de taxa abrange:

- os créditos clientes de taxa fixa para os quais a Direção da Tesouraria assegura uma cobertura rigorosa do crédito em curso, seguindo a evolução das novas produções mensais de créditos;
- os créditos com taxa variável para os quais a política de cobertura a curto prazo tem por objetivo limitar a exposição das entidades do Grupo Cofidis S.A. a eventuais aumentos de taxa a à sua repercussão demasiado repetitiva nos clientes em caso de tensão no mercado.

As operações tratadas são principalmente operações de macro-cobertura, exclusivamente realizadas nos mercados de transações fora de bolsa.

A 31 de dezembro de 2018, a sociedade Cofidis S.A. (incluindo as sucursais) dispõe dos produtos de cobertura de taxa seguintes:

Swaps (mutuários com taxa fixa – mutuantes com taxa variável)	4 152 M€
Cross Currency Swaps (Mutuários com taxa fixa em divisas – mutuantes com taxa variável em euros)	52 M€
Por outro lado, as entidades filiais do Grupo Cofidis SA dispõem dos produtos de cobertura seguintes:	
Swaps (mutuários com taxa fixa – mutuantes com taxa variável)	310 M€
Cross Currency Swaps (Mutuários com taxa fixa em divisas – mutuantes com taxa variável em euros)	52,4 M€

Todas essas operações de cobertura de taxas de juro vêm associar-se a recursos de taxa variável ou à renovação de recursos de taxa fixa vencidos a curto prazo.

b) Refinanciamento

A sociedade Cofidis S.A. e as entidades do Grupo Cofidis, na sua qualidade de instituições de crédito, são estruturalmente mutuárias.

O fato de se ter aproximado da BFCM veio alterar o modo de refinanciamento do Grupo Cofidis, S.A. visto que a BFCM é agora, logicamente, o único fornecedor de liquidez do Grupo.

OBSERVAÇÕES DO CONSELHO DE EMPRESA

Devemos salientar que o Conselho de Empresa não emitiu nenhuma observação nos termos do disposto no artigo L 2323-8 do Código do Trabalho.

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL

Nos termos do disposto no artigo L 225-102 do Código Comercial, informamos que nenhuma participação do capital social da empresa é detida pelo pessoal ao seu serviço.

REVISÃO LEGAL DAS CONTAS

Ao abrigo das disposições legislativas e regulamentares, os relatórios dos revisores oficiais de contas encontram-se à vossa disposição.

Por outro lado, comunicamos que as convenções mencionadas nos artigos L 225-86 e seguintes do Código Comercial, aplicadas durante o exercício, foram comunicadas aos revisores oficiais de contas nos termos da lei e deram origem a um relatório especial.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS ANUAIS E DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Vamos agora apresentar em pormenor os resultados anuais do exercício encerrado a 31 de dezembro de 2018 e que submetemos à vossa apreciação.

Os resultados da Cofidis foram apurados nos termos das disposições regulamentares, nomeadamente nos termos daquelas que se encontram previstas no regulamento do Comité da Regulamentação Contabilística nº 2000-03 alterada a 4 de julho de 2000 e relativa aos documentos de síntese individuais das empresas sujeitas ao Comité da Regulamentação Bancária e Financeira.

Os resultados consolidados da Cofidis foram apurados nos termos das disposições regulamentares, tais como previstas no regulamento nº 1606 -2002 que impõe às sociedades europeias emitentes de títulos de dívida no mercado regulamentado a emissão de resultados consolidados nos termos do referencial IFRS a partir do dia 1º de janeiro de 2007.

Por outro lado, vai ser lido o relatório elaborado pelo Presidente do Conselho Fiscal nos termos do disposto no artigo L 225-68 do Código Comercial sobre as condições de preparação e organização dos trabalhos do Conselho e os procedimentos de fiscalização interna implementados pela Sociedade.

II - Decisões relevantes da Assembleia-geral Extraordinária

1 - Ações destinadas aos trabalhadores

Também foram convocados para participar na Assembleia Geral Extraordinária para se pronunciarem sobre um projeto de aumento de capital social reservado aos trabalhadores.

Com efeito, o artigo L 225-129-6 do Código Comercial impõe a realização, ao abrigo de uma periodicidade de 3 anos estabelecida por decreto, de uma assembleia geral extraordinária que se deverá pronunciar sobre um aumento de capital reservado aos trabalhadores nas condições previstas nos artigos L 3332-18 a L 3332-24 do Código do Trabalho se essas ações detidas pelos trabalhadores representarem menos de 3% do capital social.

Lembramos que os trabalhadores da sociedade detêm menos de 3% do capital e que durante a Assembleia Geral Ordinária Anual e Extraordinária de 31 de maio de 2016, tiveram a oportunidade de se pronunciar sobre essa imposição legal.

Portanto, propomos mais uma vez uma resolução em que o aumento de capital reservado aos trabalhadores seja realizado no âmbito de um Plano de Poupança Empresa a constituir, prevendo uma autorização simples e uma delegação alargada concedida ao Conselho de Administração. Essa delegação seria válida durante seis meses a partir da vossa decisão.

O número máximo de ações a emitir ao abrigo dessa autorização não poderá ultrapassar 3 % do capital social, um limite avaliado à data da emissão.

Seriam concedidos plenos poderes ao Conselho de Administração para:

- Implementar o Plano de poupança empresarial necessário,
- Adotar as regras para as novas ações nos termos dos artigos L 225-138 do Código Comercial e dos artigos L 3332-18 a L 3332-24 do Código do Trabalho.
- Verificar se o aumento de capital cumpriu os termos da delegação,
- Alterar os estatutos em conformidade.

Se esse aumento for decidido, pedimos que suprimam o vosso direito de preferência na subscrição das ações a favor dos trabalhadores que pretendam aderir ao Plano Poupança da Empresa.

Por outro lado, informamos que a situação da sociedade e a sua evolução previsível parecem neste momento pouco compatíveis com uma política de abertura de capital, inclusive com o intuito de fomentar a detenção de ações pelos trabalhadores. Por conseguinte, esse aumento de capital não nos parece ser apropriado.

Encontramo-nos à vossa inteira disposição caso julguem necessário obter algum esclarecimento adicional. Por seu lado, os Revisores Oficiais de Contas irão prestar contas sobre o cumprimento da sua missão no seu relatório sobre os resultados anuais. O teor desse relatório ser-vos-á lido.

O vosso Conselho de Direção solicita a adoção das resoluções que submete à vossa votação. O Conselho de Administração

O Presidente,

Senhor Gilles SAURET

APOSTILHA

(Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961)

1. País: **República Francesa**
O presente documento público
2. é assinado por Sylvain ROUSSEL
3. agindo na qualidade de Notário associado
4. e tem aposto o carimbo/selo branco do seu cartório notarial, sito em ROUBAIX

CERTIFICADO

5. Em DOUAI
6. No dia 10 de julho de 2019
7. pelo Procurador-Geral
8. Sob o N.º 2753/2018
9. Carimbo
10. Assinatura:

Pela Procuradora-Geral
Olivier DECLERCK
Procurador-Adjunto

(Carimbo Redondo do Tribunal da Relação de Douai)

“A Apostilha atesta apenas a **autenticidade da assinatura**, a qualidade com que agiu o signatário do ato e, sendo caso disso, a autenticidade do selo ou do carimbo que constam do ato. Não significa que o conteúdo do documento esteja correto ou que a República Francesa o aprove.”

N.º de página(s): 09